

A SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DOS SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

ANTONIA KARINA BARROSO GOUVEIA CUNHA (UFC)

karinagouveia21@hotmail.com

Roberta Queirós Viana Maia (UFC)

robertaqueiros@gmail.com

KELLEN MIRANDA SA (UFC)

kellenmiranda@ufc.br

MAXWEEL VERAS RODRIGUES (UFC)

maxweelveras@gmail.com

Sueli Maria de Araujo Cavalcante (UFC)

sueli@pradm.ufc.br



Desde o final do século XX as questões climáticas têm sido o centro das atenções em conferências internacionais paralelamente a uma preocupação global com o futuro do planeta, havendo necessidade da prática de ações sustentáveis para preservação dos recursos naturais com equilíbrio entre progresso e preservação do meio ambiente. Nesse contexto, é grande o número de instituições públicas brasileiras que implantam a gestão estratégica visando minimizar os impactos ambientais provenientes de suas atividades. Tal implantação requer que os atores envolvidos possuam pleno conhecimento dos objetivos a serem alcançados e que as novas práticas ecologicamente corretas incorporem-se à rotina de trabalho. Diante disso, este estudo, de caráter quantitativo, tem como objetivo identificar o nível de conhecimento dos servidores de uma instituição federal de ensino superior em relação à sustentabilidade e quais as práticas adotadas por estes para a manutenção da sustentabilidade na instituição. Com esse intuito, realizou-se um estudo de caso através da aplicação de um questionário aos servidores com interesse em participar da pesquisa. Para as análises e interpretações dos resultados foi utilizado métodos clássicos de estatística descritiva. Os resultados obtidos revelam que embora os servidores possuam um nível elevado no conhecimento sobre sustentabilidade, o nível de práticas sustentáveis realizadas pelos servidores no seu dia a dia ainda é baixo. Conclui-se, portanto, pela necessidade de a instituição gerir estrategicamente tais áreas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais ampla entre os funcionários do setor avaliado.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Práticas Sustentáveis, Serviço Público

1. Introdução

As questões climáticas tem sido o centro das atenções em conferências internacionais desde o final do século XX. A sociedade não está mais disposta a correr o risco de agravar os problemas climáticos e cobra iniciativas dos líderes governamentais para busca de um equilíbrio entre o progresso e o meio ambiente. Assim, surge o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma forma de crescer economicamente com o menor impacto possível ao meio ambiente.

A sociedade passou a compreender a importância da prática de ações sustentáveis: reciclar, economizar e reutilizar, e, com isso, se conscientiza a cada dia da necessidade de dar maior importância aos recursos naturais através de pequenas atitudes diárias individuais para obter um resultado global. Tais práticas podem e devem ser levadas para o ambiente de trabalho sendo ideal estarem incorporadas às rotinas visando o bem sustentável e o uso racional dos recursos públicos cada vez mais escassos, principalmente para a área da Educação. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como unidades educadoras necessitam de profissionais colaboradores comprometidos com essas práticas, para que sejam adotadas, mantidas e multiplicadas.

Diante disso, o estudo tem o objetivo de realizar um levantamento através da abordagem aos servidores de uma IFES para compreender como se dá o entendimento de sustentabilidade e o desenvolvimento de ações que contribuam com a sustentabilidade dentro da instituição em que trabalham, no intuito de embasar ações estratégias internas. Pretende-se apresentar uma resposta a seguinte questão-problema: Qual o nível de conhecimento dos servidores de uma IFES em relação à Sustentabilidade e quais as práticas adotadas por estes para a manutenção da Sustentabilidade na instituição?

2. Sustentabilidade: uma preocupação mundial

Os paradigmas científico-filosóficos dominantes na atualidade foram construídos com base em correntes filosóficas e no desenvolvimento das ciências, a partir da época moderna – século XVII. Esses paradigmas influenciaram profundamente no processo civilizatório do mundo ocidental, dando lugar a modelos de desenvolvimento incompatíveis com a estabilidade do meio e que terminaram por causar a crise ambiental atual. Tal situação afetou

profundamente a forma de pensar das sociedades do século XX, contribuindo significativamente para a formação do pensamento ambientalista (RODRIGUEZ, 2010).

O desenvolvimento industrial e econômico mundial por muito tempo foi impulsionado sem a devida preocupação com os impactos ocasionados ao meio ambiente. Apenas em 1972, na Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, foi onde se apresentou os pensamentos dos ecodesenvolvimentistas do que é conhecido hoje por “economia verde” (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2012).

Para os ecodesenvolvimentistas, a “economia verde” é uma forma de crescimento econômico eficiente – sustentado – no longo prazo, em harmonia com a melhoria das condições sociais – através da distribuição de renda – e respeitando o meio ambiente (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2012). No entanto, o maior empecilho para isso dar certo é o pensamento dos grandes produtores, pois apesar das mudanças, muitos ainda acreditam que crescimento econômico e sustentabilidade andam em lados opostos.

Foi também a partir da Conferência de Estocolmo que muitas nações industrializadas criaram legislações e regulamentos de proteção ambiental, criando ministérios ou órgãos responsáveis para atuação em questões ambientais (SOUZA, 2000). Também houve um crescente aumento do número de ambientalistas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que incorporaram a questão ambiental em seus programas. Além disso, muitos empresários passaram a implementar a gestão ambiental em suas organizações, havendo, assim, uma maior conscientização da sociedade e ampliação da discussão sobre o tema sustentabilidade (SOUZA, op. cit.).

De acordo com Souza (op. cit., p. 16), “o termo desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez em 1980, no documento Estratégia de conservação mundial: conservação dos recursos vivos para o desenvolvimento sustentável”. Segundo a autora, esse documento foi publicado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e serviu de referência para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criar um novo conceito baseado na ideia de desenvolvimento para atender as necessidades do presente sem prejuízos às gerações futuras.

Nota-se que a preocupação mundial hoje é buscar meios de garantir o abastecimento das necessidades humanas com o uso eficiente dos recursos ambientais ao longo do tempo,

possibilitando, assim, o melhor aproveitamento dos recursos escassos tanto para o hoje como para o futuro.

Nesse contexto, é notório o crescimento da preocupação mundial diante das questões de sustentabilidade ambiental. Empresas, governo e sociedade estão buscando soluções para amenizar os impactos ao ambiente decorrentes do uso incontrolável dos recursos naturais, bem como das agressões ao ambiente. O grande desafio de todos é encontrar ações que visem ao desenvolvimento no tripé da sustentabilidade ambiental, social e econômica (WARKEN; HENN; ROSA, 2014).

3. Dimensões e indicadores de sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável prossegue demandando informações que vêm sendo debatidas em âmbito internacional. E a emergência de ações que reflitam diretamente em consequências positivas para a sustentabilidade, tem gerado a necessidade de criação de novas visões acerca de ferramentas de mensuração que permitam tomadas de decisões efetivas.

Nesse contexto, surgem os conceitos das dimensões de sustentabilidade. Para Sachs (2008), o desenvolvimento só é alcançado mediante a harmonia dos pilares da sustentabilidade, que são: social, econômico, ambiental, cultural e político. Já para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), as dimensões da sustentabilidade envolvem: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural (BRASIL, 2014). Para Werbach (2010), a sustentabilidade tem quatro dimensões: econômica, social, ambiental e cultural. Contudo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta como dimensões de sustentabilidade: ambiental, social, econômica e institucional, esta última concernente à direção política, ou seja, o esforço realizado por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015b).

Segundo o BRASIL (2014), a definição de sustentabilidade busca uma conciliação entre o desenvolvimento e a conservação ambiental, bem como a construção da equidade social. Desse modo, a noção de sustentabilidade baseia-se na necessidade de garantir a disponibilidade dos recursos naturais hoje e para as novas gerações que virão.

Nesse sentido, o MPOG afirma que “a sustentabilidade busca equilibrar o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável” (BRASIL, 2014, p. 12).

Portanto, incorpora em seu conceito várias dimensões para que as mudanças de paradigmas sejam possíveis de acontecer.

Figura 1 – Dimensões da sustentabilidade



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2014, p. 13)

Conforme a Figura 1 sugere, as dimensões da sustentabilidade são inter-relacionadas e influenciam uma na outra e representam a construção de sociedades justas com maior equidade na distribuição de renda e bens; alocação mais eficiente dos recursos públicos e privados; capacidade de suporte dos ecossistemas; obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas (BRASIL, 2014).

Para o IBGE, um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável, é a criação de instrumentos de mensuração, tais como indicadores, que são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (BRASIL, 2015b).

4. A sustentabilidade no serviço público brasileiro

De acordo com Warken, Henn e Rosa (2014), foi a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas de 1987 que se ampliou a discussão no mundo sobre a temática

“sustentabilidade”, inserindo sua abordagem e aplicação nas atividades das empresas, entidades, órgãos públicos e instituições de ensino entre outros. Para Ferreira (2014), o Estado deve ser um elemento central para possibilitar a institucionalização das questões ambientais e para o sucesso da formulação, implementação e gerenciamento de políticas de sustentabilidade.

Entretanto, em um Estado autoritário torna-se difícil a participação da sociedade nas questões relacionadas à sustentabilidade pois há uma oposição à liberdade individual tão necessária à formação de grupos empenhados no processo de construção de uma sociedade consciente ambientalmente, visto que tal consciência implica muitas vezes no questionamento de atitudes do próprio Estado e de grupos que o apoiam.

A democracia participativa possibilita a implantação de sociedades empenhadas no processo de sustentabilidade porque diversos sujeitos se responsabilizam conjuntamente com a administração pública, sem deixar para esta a completa responsabilidade. Nesse foco, sociedade e governo trabalham juntos em prol da sustentabilidade. Assim, espera-se que as instituições públicas sejam referência na adoção de medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos, o consumo consciente com racionalização do dinheiro público e a minimização dos impactos nocivos ao meio ambiente e à sociedade, com a redução de emissões do efeito estufa, diminuição da geração de resíduos e promoção de condições de trabalho decentes (BRASIL, 2009).

A Política Nacional do Meio Ambiente brasileira foi criada em 31 de agosto de 1981, através da Lei nº 6.938, que além da criação estabelece seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Tal política tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Brasil, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Em 1992, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado tendo como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas

públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (BRASIL, 2015a).

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, constituiu como área de competência do MMA os seguintes assuntos: política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; políticas para a integração do meio ambiente e produção; políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e zoneamento ecológico-econômico (BRASIL, 2009).

Basicamente, a sustentabilidade no âmbito do MMA e serviço público brasileiro se desenvolveu incentivada por movimentos internacionais que, ao longo dos últimos anos, vêm estimulando diversos países a adotarem medidas protetivas ao meio ambiente como forma de amenizar os danos causados pelas antigas gerações e preservá-lo para as futuras. As questões ambientais se tornaram um elemento importante para a gestão devido ao agravamento da crise ambiental mundial.

Ciente disso, o governo brasileiro constituiu em 1999 a A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, criada como projeto do MMA, sendo instituído, dois anos depois, o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, conhecido pela sigla acima colocada. O seu objetivo é sensibilizar gestores públicos para a importância da questão ambiental, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental nas atividades rotineiras (BRASIL, 2009).

Devido à sua importância, a A3P foi reconhecida pela UNESCO, em 2002, ganhando o prêmio “O Melhor dos Exemplos”, na categoria Meio Ambiente, e foi incluída no Plano Plurianual - PPA 2004/2007, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, garantindo recursos para que fosse efetivada, tornando-se referência de sustentabilidade nas atividades públicas.

A Administração Pública é uma grande consumidora de recursos naturais, e de bens e serviços, nas suas atividades meio e finalísticas. Dessa forma, revisando seus padrões de produção e consumo e adotando novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, será indutora de novos critérios e práticas (BRASIL, 2009).

Desse modo, modelos mais recentes recomendam a adoção do conceito de efetividade na gestão pública. Assim, a partir de 2004, o governo federal, através do PPA, determina que suas ações sejam pautadas pelos critérios de eficiência, eficácia e efetividade (OLIVEIRA, 2012).

Salienta-se que os objetivos de eficiência podem ser alcançados pelas organizações públicas ao adotarem um modelo de gestão organizacional com base no gerenciamento de projetos, pois qualquer alteração que se pretenda realizar na dinâmica de uma organização ou da própria sociedade, lida com fatores críticos que geram resistência à mudança.

5. Metodologia do estudo

Caracteriza-se como pesquisa descritiva e estudo de caso com abordagem quantitativa. Estudo de caso por se tratar de uma pesquisa cujo objeto de estudo são os servidores lotados na Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC). Yin (2001) define o estudo de caso como uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo inserido no contexto de vida real, principalmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Apresenta abordagem quantitativa, por utilizar recursos estatísticos para a análise dos dados.

O universo dessa pesquisa foi constituído por 151 servidores técnico-administrativos, sendo que a amostra foi do tipo intencional, tendo como critério de seleção os servidores lotados na pró-reitoria em análise e que tivesse interesse em participar da referida pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário, estruturado em três partes. A primeira parte apresenta 6 (seis) questões para caracterizar os dados sócio demográficos e profissiográficos dos servidores participantes. A segunda parte é composta por 10 (dez) questões objetivas que visam descobrir o nível de conhecimento dos servidores em relação ao tema sustentabilidade. Nessas questões, foi utilizada uma escala de Likert com as seguintes opções: 1.concordo totalmente; 2.concordo parcialmente; 3.indiferente; 4.discordo parcialmente e 5.discordo totalmente. A terceira parte também apresenta 10 (dez) perguntas objetivas, visando a identificação das práticas sustentáveis realizadas pelos os servidores em seu dia a dia. Para isso, foi utilizada uma escala de Likert com as seguintes opções: 1.sempre; 2.frequentemente; 3.às vezes; 4.raramente e 5.nunca.

A coleta de dados para o estudo de caso se deu por meio de visita "*in loco*", sendo aplicado, portanto, presencialmente aos servidores em seu local de trabalho. Segundo Marconi e

Lakatos (2011, p. 111), o questionário é uma observação direta extensiva “constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Para melhor categorizar a análise dos dados, foi considerado como um alto nível de conhecimento em sustentabilidade as médias com valores até 2 e um baixo nível de conhecimento em sustentabilidade as médias acima de 2. Já para as práticas sustentáveis, foi considerado como um nível alto de realização de práticas sustentáveis as médias até 2 e um baixo nível de realização de práticas sustentáveis as médias acima de 2. Os parâmetros para a categorização foram definidos conforme a numeração da escala de Likert utilizada no questionário.

Para a interpretação e análise das informações coletadas foram aplicados os métodos clássicos de estatística descritiva, fazendo uso do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

6. Análise dos resultados

A Pró-Reitoria de Administração (PRADM) da UFC é uma unidade da administração superior da instituição, a quem cabe, simultaneamente com a Pró-Reitoria de Planejamento, a gestão dos recursos financeiros da UFC. Especificamente, essa gestão se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, a gestão de contratos firmados com terceiros, bem como a Imprensa Universitária.

Atualmente, a PRADM é formada por um Pró-Reitor de Administração, um Pró-Reitor Adjunto, cinco departamentos (Departamento de Administração, Departamento de Licitação, Departamento de Contabilidade e Finanças, Departamento de Controle e Departamento de Contratos e Execução Orçamentária), três assessorias (Assessoria de Legislação, Assessoria Executiva, e Secretaria Administrativa) e com a Imprensa Universitária. Tem como missão: prover, continuamente, com eficiência, eficácia e efetividade os meios necessários à manutenção e crescimento da capacidade de gestão das atividades-fim da UFC.

A aplicação do questionário ocorreu no mês de abril de 2016 e obteve-se um percentual de 45,03% de respondentes, ou seja, 68 dos 151 servidores técnico-administrativos, que compõem atualmente o quadro funcional da PRADM, tiveram interesse em participar da pesquisa.

6.1 Análise do perfil sócio demográfico e profissiográfico dos participantes

A Tabela 1 apresenta a frequência dos servidores por sexo. Observa-se um percentual bem mais elevado de servidores do sexo feminino 41 (60,3%) em relação ao sexo masculino 27 (39,7%). Tal fato se justifique pela existência de cargos onde a presença feminina venha cada vez mais ganhando espaço no mercado, tais como: assistente administrativo, administrador, secretariado executivo e contador.

Tabela 1 – Frequência dos servidores por sexo

Sexo	Frequência	%
Feminino	41	60,3
Masculino	27	39,7
Total	68	100,00

Fonte: Pesquisa Direta

A Tabela 2 apresenta a frequência do grau de formação dos servidores. Observa-se um percentual bem significativo de servidores com pós-graduação 38 (55,9%) em relação aos demais, nível médio 9 (13,2%) e nível superior 21 (30,9%). Isto se justifica pelo fato do órgão em estudo ser uma instituição da área da educação, a qual incentiva e promove a capacitação e qualificação de seus servidores. Um bom exemplo desse incentivo, é a existência de mestrados profissionais voltados para servidores de IFES, a exemplo do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Tabela 2 – Frequência do nível de formação dos servidores

Nível de Formação	Frequência	%
Médio	9	13,2
Superior	21	30,9
Pós-Graduação	38	55,9
Total	68	100,00

Fonte: Pesquisa Direta

A Tabela 3 apresenta a frequência do cargo ocupado pelos servidores. Observa-se um percentual bem representativo de servidores ocupando cargos técnicos de nível fundamental e médio 34 (50%) em relação aos demais, cargo técnico de nível superior 19 (27,9%) e função ou cargo de direção 15 (22,1%). Entretanto, há elevado número de profissionais com nível superior e pós-graduação ocupando cargos de nível fundamental e médio conforme confirma a Tabela 2.

Tabela 3 – Frequência do cargo ocupado pelos servidores

Nível do Cargo	Frequência	%
Técnico Fundamental-Médio	34	50,0
Técnico de Nível Superior	19	27,9
Função ou Cargo de Direção	15	22,1
Total	68	100,00

Fonte: Pesquisa Direta

6.2 Análise do conhecimento em sustentabilidade e das práticas sustentáveis adotadas pelos servidores

A Tabela 4 apresenta as médias dos critérios que analisam o conhecimento dos servidores sobre o tema sustentabilidade.

Tabela 4 – Análise do conhecimento em sustentabilidade dos servidores

	Média	Desvio Padrão
1. A sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social sem agredir o meio ambiente.	1,54	0,888
2. A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e a longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana.	1,21	0,442
3. Buscar conhecimento sobre sustentabilidade em eventos, jornais, cursos, revistas e outras mídias contribui para o desenvolvimento de atitudes sustentáveis.	1,37	0,731
4. A adoção de ações sustentáveis garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.	1,38	0,574
5. Reciclar materiais e/ou realizar coleta de lixo seletiva além de contribuir para a geração de renda e diminuir a quantidade de lixo no solo, possibilita a diminuição da retirada de recursos minerais do solo.	1,13	0,454
6. As fontes de energia limpas e renováveis (eólica, geotérmica e hidráulica) diminuem o consumo de combustíveis fósseis, além de preservar as reservas de recursos minerais e diminuir a poluição do ar.	1,24	0,522
7. Consumir de forma responsável, pensando nas consequências de seus atos de compra sobre a qualidade de vida no planeta e na vida das futuras gerações é uma atitude sustentável.	1,18	0,455
8. A sustentabilidade também diz respeito às formas de relacionamento entre as pessoas e delas com o ambiente, considerando os valores éticos, solidários e democráticos.	1,51	0,801
9. A capacitação dos servidores em sustentabilidade é uma iniciativa que visa à promoção de atitudes sustentáveis dentro da instituição.	1,28	0,595
10. O desenvolvimento da gestão sustentável na instituição contribui para a diminuição do desperdício de recursos naturais como água, energia e celulose.	1,21	0,505
Média Geral	1,31	----

Fonte: Pesquisa Direta

Observa-se um bom conhecimento por parte dos entrevistados sobre sustentabilidade, tendo em vista a média geral de 1,31, pois significa que os servidores, em sua maioria, concordaram plenamente com os 10 fatores apresentados sobre a sustentabilidade. A média mais significativa (1,13) está relacionada à **reciclagem** e à **coleta seletiva de lixo**. Esta média pode ser reflexo das grandes campanhas nas mídias sobre o assunto, tornando-se algo mais próximo da realidade e da rotina das pessoas e/ou de campanhas setoriais relacionadas à coleta de papéis para reciclagem na instituição que refletem em uma maior familiaridade com o assunto.

Outro fator de destaque é a média (1,18) para o **consumo de forma responsável**. Isso significa que os servidores compreendem que a sua forma de consumo reflete na vida do

planeta, ou seja, suas ações no trabalho e na sua vida pessoal contribuem para a melhora ou piora da saúde do planeta, bem como da qualidade de vida das futuras gerações.

A Tabela 5 apresenta as médias dos critérios que analisam as práticas sustentáveis adotadas pelos servidores no seu dia a dia.

Tabela 5 – Análise das práticas sustentáveis dos servidores

	Média	Desvio Padrão
1. Costumo adotar atitudes sustentáveis no meu trabalho.	2,10	0,715
2. Motivo os membros da minha equipe a adotarem atitudes sustentáveis no trabalho e conscientizá-los dos problemas ambientais.	2,63	0,976
3. Procuro praticar um consumo consciente dos recursos disponíveis.	1,71	0,734
4. No trabalho, uso copo de material não descartável evitando o uso de descartáveis.	2,22	1,303
5. Imprimo apenas o necessário, preferindo realizar minhas leituras no computador.	2,01	0,922
6. Enquanto escovo os dentes ou passo sabonete desligo a torneira ou chuveiro.	1,43	0,698
7. Ao término do expediente inspeciono pessoalmente os equipamentos elétricos, lâmpadas, torneiras, etc. desligando-os.	2,04	1,085
8. Na possibilidade de uso da iluminação natural, desligo as lâmpadas em meu setor de trabalho.	3,12	1,430
9. Na possibilidade de uso da ventilação natural, desligo condicionadores de ar e splits em meu setor de trabalho.	3,54	1,376
10. Comunico ao meu superior quaisquer atos ou incidentes que possam provocar danos à natureza e ao meio ambiente.	3,00	1,393
Média Geral	2,38	---

Fonte: Pesquisa Direta

Observa-se que no geral o nível de práticas sustentáveis adotadas pelos servidores é baixo, tendo em vista a média geral de 2,38, isso significa que apesar dos servidores, em sua maioria, concordarem plenamente com os fatores sobre conhecimento em sustentabilidade, não costumam adotar medidas sustentáveis no seu dia a dia no trabalho.

Tal resultado vem complementar o resultado da pesquisa desenvolvida por Vasconcelos (2015), na qual foi identificado que o grau de sustentabilidade dos *campi* da UFC varia entre 45 a 48%, e especificamente, no item que diz respeito a Recursos Humanos, foi revelado que apesar da instituição já possuir o Plano de Logística Sustentável (PLS) com o intuito de otimizar seus recursos, evitar desperdícios e, ao mesmo tempo, contribuir para preservar o meio ambiente, a Administração não se assegura que as ações de sustentabilidade estejam sendo entendidas por todos os servidores.

Os fatores que mais se aproximaram de um nível de prática alto foram **economia de água** (1,41) e **consumo consciente** (1,71). O fator economia de água pode estar influenciado devido à consciência da atual escassez desse recurso, principalmente, no Nordeste do Brasil, e atrelada a campanhas de conscientização para a economia de água, bem como a cobrança de taxas extras em serviços de água e energia, tudo isso faz com que as pessoas adotem medidas para a economia desse recurso natural. No mesmo sentido, encontra-se o entendimento do consumo consciente dos recursos naturais, o que corrobora a média (1,18) para o **consumo de forma responsável** no conhecimento de sustentabilidade.

Em oposição a esses resultados, estão os fatores de **uso de ventilação natural** (3,54), **uso de iluminação natural** (3,12) e **comunicação ao superior de atos ou incidentes que provoquem danos ao meio ambiente** (3,00). Esses fatores mostraram-se deficitários obtendo as piores médias, evidenciando a necessidade da instituição gerir estrategicamente tais áreas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais ampla.

Não obstante, os demais fatores referentes as práticas sustentáveis adotadas pelos servidores apresentaram resultados variando entre a realização frequentemente e às vezes, o que ocasionou as médias entre 2,01 e 2,22.

7. Conclusão

Conclui-se que existe um bom nível de conhecimento dos entrevistados sobre o entendimento de práticas de sustentabilidade, porém, evidenciou-se que o nível de práticas sustentáveis realizadas pelos servidores no seu dia a dia ainda é baixo. Ou seja, os servidores embora apresentem bom nível de entendimento sobre sustentabilidade pouco fazem para incorporá-la às suas rotinas laborais e ambientes de trabalho, evidenciando a necessidade de a instituição gerir estrategicamente tais áreas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais ampla entre os funcionários do setor avaliado.

Entende-se que o presente estudo de caso traduz a realidade de um local específico. Assim, para maior reprodutibilidade dos dados, recomenda-se a realização de pesquisa mais ampla com vistas à promoção da gestão estratégica em sustentabilidade institucional. Recomenda-se, ainda, que novos trabalhos analisem ações estratégicas de sustentabilidade para as áreas de ensino. Com isso, os gestores das IFES poderão obter maiores embasamentos para as tomadas de decisões e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Planos de gestão de logística sustentável: contratações públicas sustentáveis.** – Brasília: SLTI, 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2009. A3P- **Agenda Ambiental na Administração Pública.** Recuperado em 15 de dezembro de 2015, de http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2015a. Recuperado em 15 de dezembro de 2015, de <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao>.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2015b. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: CGEE, 2012.

FERREIRA, T. A. **Análise do processo de implantação das compras públicas sustentáveis da Universidade Federal do Ceará fundamentado em um modelo de compras públicas sugerido pelo Governo Federal Brasileiro.** 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, André B. R. ET AL. **Gerencialismo e desafios contemporâneos da gestão dos custos públicos no Brasil.** Revista de Estudos Contábeis (2012) 3:63-82.

RODRIGUEZ, J. M. M. e SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios.** Fortaleza: Edições UFC, 2010. 2 Ed. 15p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de. **Organização sustentável: indicadores setoriais dominantes para avaliação da sustentabilidade: análise de um segmento do setor de alimentação.** 2000. 139 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

VASCONCELOS, Gislane Sampaio. **Sustentabilidade socioambiental no gerenciamento dos campi da Universidade Federal do Ceará.** 2105. 148p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) . Universidade federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

WARKEN, InesLianiMenzel; HENN, Veridiana Jéssica; ROSA, Fabricia Silva da. **Gestão da Sustentabilidade: um estudo sobre o nível de sustentabilidade de uma Instituição Federal de Ensino Superior.** In: Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Salvador, v. 4, n. 3, p. 147 – 166, set./dez., 2014.

WERBACH, Adam. **Estratégia para sustentabilidade: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.